



Contas Consolidadas 2015



V. x
one 14

HA
[Signature]
R.
9

[Signature]

HL
[Signature]



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADOS

- EXERCÍCIO 2015-

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	3
MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A	3
GIATUL E.M. S.A	4
SUMÁRIO EXECUTIVO	6
BALANÇO CONSOLIDADO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	10
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	11
ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	12
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	33
RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO DAS CONTAS CONSOLIDADAS	37
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	39



APRESENTAÇÃO

O Município de Mafra apresentou demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez em 31 de dezembro de 2010, conforme estabelecido inicialmente no n.º 1 do Artigo 46.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro de 2007 e posteriormente pelo n.º 1 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais em vigor.

Uma vez que, o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 232/97, de 13 de setembro, não estabeleceu os princípios que devem estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas, e cabe à Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) deliberar sobre todas as matérias necessárias à aplicação e aperfeiçoamento do (POCP), foi aprovada a orientação n.º 1/2010, pela Portaria n.º 474/2010 a 1 junho de 2010, em que apresenta um conjunto de princípios enquadradores que devem de estar subjacentes à consolidação de contas.

O perímetro de consolidação do Município de Mafra engloba as empresas municipais, MATADOURO Regional de Mafra, S.A., detido a 93,33% e GIATUL E.M. S.A., detida a 100%.

Face ao exercício de 2014, e em conformidade com o artigo 75º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Mafra mantém-se inalterado, havendo total comparabilidade das Contas consolidadas.

A documentação a seguir apresentada explicita as orientações seguidas relativamente à elaboração das Contas consolidadas do Município de Mafra do exercício de 2015.

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A.

O MATADOURO Regional de Mafra, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 2001, com sede na Rua do Matadouro, n.º 1, Fontainhas - 2644-002 São Miguel de Alcaínça.



A sociedade tem por objeto o comércio e indústria transformadora de gado e carnes verdes e produtos provenientes do abate.

O seu Capital Social é de 750.000,00 euros, representado por 150.000 ações e os acionistas são:

- Município de Mafra, com 140.000 ações correspondente a 700.000 euros;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, S.A. com 6.000 ações correspondente a 30.000 euros;
- Cooperativa de Produtores e Comerciantes Agropecuários do Concelho de Mafra, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com 1.000 ações correspondente a 5.000 euros;
- Associação de Agricultores do Concelho de Mafra, com 1.000 ações correspondente a 5.000 euros;
- Matadouro Regional de Mafra, S.A. - com 2.000 ações próprias correspondentes a 10.000 euros;
- Associação de Defesa Sanitária do Concelho de Mafra, com 1.000 ações correspondente a 5.000 euros.

GIATUL E.M. S.A

A GIATUL, E.M.-S.A. é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, a qual tem por objeto social o exercício de atividades de interesses público municipal de natureza turística e recreativa, em particular no que se refere ao Parque de Campismo Mil Regos ou Ericeira Camping, infraestrutura que justificou a criação desta sociedade.

Foi constituída em junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em março de 2005 o parceiro Orbitur, SA, cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Atividades Turísticas, Lda., mantendo-se o valor das quotas com a mesma distribuição.



Em março de 2008 a Bluematrix, Lda. cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. mantendo-se o valor nominal das quotas.

Em agosto de 2010 a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A..

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A..

A empresa tem como objeto, o exercício das seguintes atividades de interesse público municipal:

- a) Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- b) Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
- c) Realização de investimentos para a expansão da atividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa.
- d) Conceção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;
- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização coletiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;



h) Gestão da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e respetivas infraestruturas, no Município de Mafra.

A título acessório, a empresa poderá exercer outras atividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente a prestação de serviços, bem como a exploração de outras atividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O método de consolidação utilizado foi o de integração global, que consiste na soma das rubricas de Balanço e da Demonstração dos Resultados, eliminando-se os saldos e transações intragrupo, incluindo os investimentos financeiros da empresa-mãe e os Capitais próprios das suas participadas.

Foi elaborado o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados consolidados e a Demonstração consolidadas dos Fluxos de Caixa, recorrendo a informações dos anexos e fluxos de caixa das contas individuais, das próprias demonstrações financeiras e de outras informações externas obtidas.

De seguida, em termos consolidados, apresentamos uma breve análise aos valores obtidos na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, ao nível do seu Balanço e da sua Demonstração dos resultados.

Relatório - Síntese das Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2015

Balanço Consolidado 2015

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do "Grupo" Municipal, sobre os quais incidirá a respetiva análise.

- O Balanço Municipal Consolidado evidencia um Ativo Líquido total de 264,5 milhões de euros, constituído maioritariamente por ativos imobilizados que ascendem a



226,1 milhões de euros (85,5% do total do balanço), com a representação do Município de 97%;

- O ativo circulante corresponde a 4,4% do ativo líquido, com destaque para os depósitos e caixa (3,4%);
- Os Fundos Próprios Municipais consolidados cifram-se em 195,8 milhões de euros, registando um aumento de 6,5 milhões de euros, fundamentalmente devido aos resultados alcançados (4,3 milhões de euros) e ao aumento do Património (1,3 milhões de euros);
- O total do Passivo do Balanço Municipal soma 68,5 milhões de euros, representados por:
 - Empréstimos contraídos representam cerca de 14% do passivo consolidado, os quais se referem a empréstimos do Município e da GIATUL;
 - 53% correspondem a acréscimos e diferimentos, sendo que 49,4% equivalem a proveitos diferidos de subsídios para investimentos;
 - cerca de 11% representam as provisões registadas pelo "Grupo" Municipal, no valor de 7,6 milhões de euros.

Demonstração Consolidada dos Resultados 2015

Os Resultados Operacionais de 2015, no valor de 2 milhões de euros, registam um aumento significativo de 7,7 milhões de euros, relativamente ao ano anterior, por via da forte diminuição das Provisões do exercício para riscos e encargos, no valor de 7,5 milhões de euros.

Os resultados financeiros consolidados de 2015, negativos no valor de 287 milhares de euros, apresentam um agravamento de 167 milhares de euros face a 2014.

Os resultados líquidos consolidados registam uma melhoria de 7,2 milhões de euros, justificado essencialmente pelos resultados obtidos no Município de Mafra.



BALANÇO CONSOLIDADO

ACTIVO	31-dezembro-2015			31-dezembro-2014
	AB	A/P	AL	AL
Imobilizado:				
<u>Bens de domínio público</u>				
Terrenos e recursos naturais	7.158.394		7.158.394	5.990.139
Outras Construções e infra-estruturas	231.010.596	123.824.375	107.186.221	114.421.182
Bens do património histórico, artístico e cultural	90.816	12.291	78.526	80.211
Imobilizações em curso	0		0	0
27	238.259.807	123.836.666	114.423.140	120.491.531
<u>Imobilizações incorpóreas</u>				
Propriedade industrial e outros direitos	107.165	36.366	70.799	5.786
27	107.165	36.366	70.799	5.786
<u>Imobilizações corpóreas</u>				
Terrenos e recursos naturais	23.910.945		23.910.945	23.464.068
Edifícios e outras construções	97.307.984	19.348.349	77.959.635	78.753.827
Equipamento básico	27.075.585	21.878.695	5.196.890	5.370.007
Equipamento de transporte	2.407.132	2.186.481	220.650	214.901
Ferramentas e utensílios	561.274	544.985	16.290	5.546
Equipamento Administrativo	4.209.885	3.935.678	274.208	340.396
Outras imobilizações corpóreas	886.118	790.601	95.516	133.139
Imobilizações em curso	1.767.006		1.767.006	264.833
27	158.125.928	48.684.789	109.441.139	108.546.717
<u>Investimentos financeiros</u>				
Partes de capital	153.074		153.074	1.491.831
Outras aplicações financeiras	2.057.416		2.057.416	2.058.205
27	2.210.490	0	2.210.490	3.550.036
Circulante:				
<u>Existências</u>				
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	80.154		80.154	78.329
Produtos e trabalhos em curso	0		0	0
	80.154	0	80.154	78.329
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
	0	0	0	0
Dívidas de terceiros - curto prazo:				
Empréstimos concedidos			0	
Clientes c/c	1.140.441		1.140.441	493.082
Contribuintes c/c	40.998		40.998	18.542
Utentes c/c	90.879		90.879	163.433
Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	822.542	817.291	5.251	1.195
Estado e outros entes públicos	263.748		263.748	322.748
Outros devedores	1.034.592		1.034.592	157.674
32	3.393.200	817.291	2.575.909	1.156.674
<u>Títulos negociáveis</u>				
	0	0	0	0
<u>Depósitos em instituições financeiras e Caixa:</u>				
Depósitos em instituições financeiras	8.958.155		8.958.155	3.647.946
Caixa	63.570		63.570	7.184
	9.021.725	0	9.021.725	3.655.130
<u>Acréscimos e diferimentos</u>				
Acréscimos de proveitos	26.598.713		26.598.713	26.455.268
Custos diferidos	37.447		37.447	81.079
	26.636.159	0	26.636.159	26.536.348
Total de amortizações		172.557.822		
Total de provisões		817.291		
Total do ativo	437.834.627	173.375.112	264.459.515	264.020.551

**FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO****31-dezembro-2015 31-dezembro-2014****Fundos Próprios**

Património	183.135.256	181.801.493
Ajustamento de partes de capital em empresas	12.693	7.200
Reservas:		
Doações	4.172.050	3.855.972
Reservas decorrentes de transferência de ativos	-8.372.360	-9.339.414
Resultados transitados	11.034.101	14.374.438
Resultado líquido em exercício	4.356.319	-2.866.535
Total fundos próprios	195.823.129	189.318.224

Interesses Minoritários**97.897 109.472****Passivo**

Provisões para riscos e encargos e outras	7.585.912	7.815.434
	7.585.912	7.815.434

Dívidas a terceiros - médio e longo prazo

Empréstimos obtidos	9.468.004	11.026.468
Fornecedores de imobilizado - c/c	6.263.423	8.143.978
Acordo de pagamento de rendas	0	1.784.023
	15.731.427	20.954.469

Dívidas a terceiros curto prazo

Empréstimos	0	100.000
Fornecedores c/c	2.887.259	3.123.637
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	388.736	755.992
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	1.440.221	2.160.574
Estado e outros entes públicos	253.557	411.208
Outros credores	3.722.265	1.698.649
Garantias e Cauções	17.389	11.719
	8.709.428	8.261.780

Acréscimos e diferimentos:

Acréscimos de custos	2.641.087	2.416.134
Proveitos diferidos	33.870.636	35.145.037
	36.511.723	37.561.171

Total do passivo**68.538.489 74.592.855****Total do capital próprio e do passivo****264.459.515 264.020.551**



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

CUSTOS E PERDAS	2015		2014	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas				
Mercadorias	913.203		818.059	
Matérias	987.336		973.720	
		1.900.539		1.791.779
Fornecimentos e serviços externos	20.762.549		19.594.172	
Custos com pessoal				
Remunerações	12.652.849		12.397.919	
Encargos sociais	2.846.148		2.699.204	
		36.261.546		34.691.295
Transferências e subs. correntes conc. e prest. sociais	0	0	2.511.354	2.511.354
Amortizações do exercício	14.564.012		14.314.871	
Provisões do exercício	91.295	14.655.307	7.611.219	21.926.089
Outros custos e perdas operacionais	2.756.899	2.756.899	96.471	96.471
(A)		55.574.292		61.016.990
Custos e perdas financeiras	501.683	501.683	490.027	490.027
(C)		56.075.975		61.507.017
Custos e perdas extraordinárias	414.565	414.565	621.369	621.369
(E)		56.490.540		62.128.385
Imposto sobre o rendimento	85.078	85.078	67.905	67.905
		56.575.618		62.196.291
Interesses minoritários		-12.017		-11.292
Resultado líquido exercício		4.356.319		-2.866.535
PROVEITOS E GANHOS	2015		2014	
Vendas e prestações de serviços				
Vendas de mercadorias	1.403.971		1.258.282	
Vendas de produtos	0		324.975	
Prestações de serviços	13.053.729		11.629.179	
		14.457.701		13.212.436
Impostos e taxas	30.492.150		29.499.580	
Trabalhos para a própria entidade	0		0	
Proveitos suplementares	172.235		165.273	
Transferências e subsídios correntes obtidos	12.464.466		12.431.268	
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.980	43.130.832	2.102	42.098.223
(B)		57.588.533		55.310.659
Proveitos e ganhos financeiros	214.657	214.657	369.612	369.612
(D)		57.803.190		55.680.271
Proveitos e ganhos extraordinários	3.140.763	3.140.763	3.660.777	3.660.777
(F)		60.943.954		59.341.048
Resultado operacional		2.014.240		-5.706.331
Resultados financeiros		-287.025		-120.415
Resultados correntes		1.727.215		-5.826.745
Resultados antes impostos		4.453.414		-2.787.337
Resultado exercício (Exc. Interesses minoritários)		4.368.336		-2.855.242



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

RECEBIMENTOS	2015	2014
Saldo da gerência anterior	3.655.130	3.176.180
Execução orçamental	1.914.306	1.644.458
Operações de tesouraria	1.740.824	1.531.722
Total das receitas orçamentais	64.456.227	53.990.185
Receitas correntes	59.866.521	48.465.025
Receitas capital	4.330.650	5.427.035
Receitas outras	259.056	98.126
Operações de tesouraria	2.598.587	2.396.540
Total	70.709.944	59.562.906

PAGAMENTOS	2015	2014
Total das despesas orçamentais	58.484.807	53.396.258
Despesas correntes	44.350.184	39.455.483
Despesas capital	14.134.622	13.940.775
Operações de tesouraria	3.203.413	2.511.517
Saldo da gerência seguinte	9.021.725	3.655.130
Execução orçamental	8.124.184	1.914.306
Operações de tesouraria	897.541	1.740.824
Total	70.709.944	59.562.906



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

O MUNICÍPIO DE MAFRA (adiante designado apenas por CMM) apresenta demonstrações financeiras consolidadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010 de 01 de julho a qual aprovou a Orientação n.º 1/2010 "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", uma vez que o POCAL não estabeleceu os princípios que devem de estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas.

Todos os valores são apresentados em euros.



I - INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

NOTA 1 – ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção	% do capital detido	Incl
				31 Dez 2015	
Município de Mafra	Praça do Município 2644-001 Mafra	Prosecução dos interesses próprios da população do concelho de Mafra.			a) c)
Matadouro Regional de Mafra, SA	Rua do Matadouro, n.º 1, Fontainhas 2644-002 São Miguel de Alcaíça	Comércio e indústria transformadora de gado, carnes verdes e produtos provenientes do abate.	CMM	93,33%	b) c)
GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.	Parque de Campismo de Mil Regos – Estrada Nacional 247, km 49,4 2655-319 Ericeira	Exercício de atividades de interesse público municipal de natureza turística e recreativa, em particular no que se refere ao Parque de Campismo de Mil Regos ou Ericeira Camping, conceção, construção e manutenção de infraestruturas urbanas, bem como a instalação e manutenção de espaços e equipamentos públicos de utilização coletiva.	CMM	100,00%	b) c)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no n.º 1 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

b) Entidade controlada pela Câmara Municipal de Mafra.

c) Daqui em diante, CMM, Matadouro e GIATUL.



NOTA 2 – ENTIDADES EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

NOTA 3 – ENTIDADES ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido	Obs.
				31 Dez 2015	
Coop. Tapada Nacional de Mafra, CIPRL	Portão do Codeçal 2640-602 Mafra	Investigação e preservação da fauna e da flora, educação ambiental, atividade cinegética e a prestação de serviços de turismo rural.	CMM	21,97%	

NOTA 4 – ENTIDADES ASSOCIADAS NÃO CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Não aplicável.

NOTA 5 – ENTIDADES OBJECTO DE CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

Não aplicável.



NOTA 6 – OUTRAS PARTICIPAÇÕES – ENTIDADES NÃO CONSOLIDADAS E NÃO INCLUÍDAS NAS NOTAS 1 A 4

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido	Obs.
				31 Dez 2015	
MUNICÍPIA – Empresa Cart. Sist. Informação, SA	Tagusparque Ed. Ciência II, nº 11, 3B 2740-120 Porto Salvo	Operações nas áreas da Fotografia Aérea, Cadastro, Cartografia, Formação, Consultoria, SIG e Desenvolvimento de Aplicações.	CMM	2,31%	a)
Caixa de Crédito agrícola Mútuo de Mafra	Terreiro D. João V - Mafra	Crédito Agrícola.	Matadouro CMM	0,008% 0,004%	a)

a) Mensurada ao custo de aquisição.

NOTA 7 – NÚMERO MÉDIO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO

O número médio de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 1.006 em 31 de dezembro 2015, decomposto da seguinte forma:

Firma	Número de funcionários
Município de Mafra	903
Matadouro Regional de Mafra, SA	33
GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.	70
Total	1.006



II – INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

NOTA 8 – INSUFICIÊNCIA DAS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO PARA UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Não aplicável.

NOTA 9 – AFASTAMENTO DAS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO PARA SE OBTER UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Não aplicável.

III - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

NOTA 10 – DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

O método de consolidação utilizado é o método de consolidação integral. Este método consiste na integração no Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais da entidade consolidante com os elementos respetivos dos Balanços, Demonstração dos Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais das entidades consolidadas.

Foi adotado o Método de Consolidação Integral, pelo facto da entidade-mãe ter contabilizado na sua conta patrimonial 41 – “Investimentos financeiros” o valor da participação dos capitais próprios das participadas.

Rubrica “Diferença de Consolidação”:

Sendo o valor da participação na entidade mãe igual ao valor da fração dos capitais próprios das empresas participadas, não há lugar ao reconhecimento da diferença de consolidação.



NOTA 11 – DERROGAÇÃO ÀS REGRAS GERAIS DE PREPARAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As amortizações de diversos bens do imobilizado das empresas municipais são calculadas com base em taxas de amortização diferentes das utilizadas pela CMM. Com efeito as empresas municipais utilizam as taxas de acordo com a vida útil estimada como indicado no normativo contabilístico Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e a CMM amortiza de acordo com as taxas prescritas no CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

Optou-se por não proceder à harmonização das amortizações das empresas municipais com as da CMM, uma vez que julgamos as taxas de amortização utilizadas pelas empresas municipais mais adequadas tendo em conta as suas atividades, ficando desta forma os imobilizados nas demonstrações financeiras consolidadas com uma mensuração que entendemos como mais verdadeira e apropriada.

NOTA 12 – ELIMINAÇÕES NÃO EFETUADAS POR SEREM MATERIALMENTE IRRELEVANTES

Não aplicável.

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTEGRADAS NA CONSOLIDAÇÃO ELABORADAS EM DATA DIFERENTE DAS DA ENTIDADE-MÃE E ACONTECIMENTOS IMPORTANTES OCORRIDOS ENTRE A DATA DOS BALANÇOS DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E O BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.



NOTA 14 – COMPARABILIDADE E ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

Face ao exercício de 2014, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Mafra manteve-se inalterado, havendo a total comparabilidade das Contas consolidadas entre os dois exercícios.

NOTA 15 – UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS DIFERENTES DOS UTILIZADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Não aplicável.

NOTA 16 – AJUSTAMENTOS EXCECIONAIS EFECTUADOS COM FINS FISCAIS

Não aplicável.

NOTA 17 – AMORTIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO PARA ALÉM DE CINCO ANOS

Não aplicável.

NOTA 18 – CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

As participações financeiras em entidades associadas estão mensuradas ao valor de aquisição.

NOTA 19 – DISCRIMINAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE AQUISIÇÃO PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL QUANDO NÃO REFLETIDAS NO BALANÇO CONSOLIDADO



Não aplicável.

NOTA 20 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS DAS ASSOCIADAS DIFERENTES DOS UTILIZADOS NA CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

IV - INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

NOTA 21 – COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO EVIDENCIADOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.

NOTA 22 – RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos aos funcionários e aos membros dos órgãos executivos, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.

As responsabilidades da CMM por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança podem ser consultadas no anexo individual da CMM.

Os empréstimos de financiamento obtidos pelas Giatul junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às comparticipações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os art.ºs 27.º e 31.º da Lei 58/98, de 18/08.

O Matadouro tem as seguintes restrições de titularidade de imobilizações corpóreas dados como garantia de passivos:



Ativos fixos tangíveis cuja titularidade está restringida e/ou dados como garantia de passivos		Ativos fixos tangíveis cuja titularidade está restringida		Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos			
		Natureza das restrições	Quantias escrituradas	Formas das garantias	Quantias escrituradas dos ativos dados como garantia	Passivos garantidos	
						Natureza dos passivos	Quantia escrituradas dos passivos
31.12.2015	Terreno e Instalações	Garantia hipotecária	2.320.000,00 €				
	Totais		2.320.000,00 €		0,00 €		0,00 €
31.12.2014	Terreno e Instalações	Garantia hipotecária	2.320.000,00 €				
	Totais		2.320.000,00 €		0,00 €		0,00 €

Conta caucionada associada à conta n.º 10020 – Até ao montante de 400.000,00€ (Quatrocentos mil euros), com garantia hipotecária do terreno e instalações, conforme escritura celebrada no Cartório Notarial de Mafra em 26 de Março de 2003. A 31.12.2015 não existia nenhum valor utilizado.

V - INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram registados ao custo de aquisição, considerando-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

As amortizações são calculadas a partir da entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes e às taxas fixadas na Portaria n.º 671/2000, publicada no Diário da República II Série, n.º 91, de 17 de abril – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado e do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro.

Ainda de acordo com o CIBE, são totalmente amortizados no ano de aquisição os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição.



No caso da avaliação do património da CMM efetuado pela SIGHT®, reportada às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2002, conforme relatório realizado pela empresa, a reconciliação, a avaliação e a amortização dos bens foi efetuada pelos métodos previstos no POCAL, em que perante a impossibilidade de apuramento do custo histórico, foi utilizado o método do custo e o valor de mercado.

No caso das empresas municipais, as amortizações são efetuadas utilizando-se taxas de acordo com a vida útil estimada (Sistema de Normalização Contabilística).

Investimentos financeiros

As entidades associadas estão contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. As restantes participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição.

Existências

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

As provisões para cobranças duvidosas são estabelecidas quando há evidência objetiva de que a entidade empresarial não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

No caso específico das dívidas associadas à atividade da CMM, consideram-se de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, sendo o seu montante anual acumulado, determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.



Especialização de exercícios

As entidades incluídas na consolidação, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

NOTA 24 – COTAÇÕES PARA CONVERSÃO EM MOEDA NACIONAL DAS DÍVIDAS A PAGAR EM MOEDA ESTRANGEIRA

Não aplicável.

VI - INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

NOTA 25 – DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Não aplicável.

NOTA 26 – AMORTIZAÇÃO DE "TRESPASSES" PARA ALÉM DE CINCO ANOS

Não aplicável.

NOTA 27 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE ATIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço podem ser resumidos como segue:



Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates/Ajustamentos	Saldo final
De bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais	5.990.139	1.182.508	0	-14.252	7.158.394
Outras Construções e infraestruturas	227.443.778	4.358.159	0	-791.340	231.010.596
Bens do património histórico artístico e cultural	90.816	0	0	0	90.816
Imobilizações em curso	18.003	0	0	(18.003)	0
	233.542.736	5.540.666	0	(823.596)	238.259.807
De imobilizações incorpóreas					
Propriedade industrial e outros direitos	6.083	105.932	-4.850	0	107.165
	6.083	105.932	-4.850	0	107.165
De imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	23.464.068	447.353	0	(477)	23.910.945
Edifícios e outras construções	96.271.539	1.748.940	0	(712.495)	97.307.984
Equipamento básico	25.722.309	1.469.333	(24.865)	(91.193)	27.075.585
Equipamento de transporte	2.462.556	88.126	(142.970)	(581)	2.407.131,65
Ferramentas e utensílios	537.240	24.142	0	(108)	561.274
Equipamento administrativo	4.188.337	70.891	(3.004)	(46.338)	4.209.885
Outras imobilizações corpóreas	886.173	3.873	0	(55)	889.990
Imobilizações em curso	264.833	1.498.300	0	0	1.763.133
	153.797.055	5.350.957	(170.838)	(851.246)	158.125.928,21
De investimentos financeiros					
Partes de capital	1.493.330	14.244	(1.354.500)	0	153.074
Outras aplicações financeiras	2.057.205	211	0	0	2.057.416
	3.550.535	14.455	-1.354.500	0	2.210.490
	387.345.873	10.997.556	(175.688)	(1.674.841)	398.703.390

Amortizações e Ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Outras Construções e infraestruturas	113.022.596	10.801.780	0	123.824.375
Bens do património histórico artístico e cultural	10.606	1.685	0	12.291
	113.033.201	10.803.465	0	123.836.666
De imobilizações incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	296	36.070	0	36.366
	296	36.070	0	36.366
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	17.517.713	1.844.138	(13.501)	19.348.349
Equipamento básico	20.352.303	1.614.386	(87.994)	21.878.695
Equipamento de transporte	2.247.654	80.369	(141.542)	2.186.481
Ferramentas e utensílios	448.542	10.987	(108)	459.422
Equipamento administrativo	3.848.307	134.197	(46.827)	3.935.678
Outras imobilizações corpóreas	835.819	40.400	(55)	876.164
	45.250.338	3.724.477	(290.026)	48.684.789
	158.283.836	14.564.012	(290.026)	172.557.822



Relativamente às Imobilizações incorpóreas, designadamente no que respeita a Propriedade industrial e outros direitos, no âmbito dos ajustamentos de consolidação, foram regularizados, por contrapartida de Proveitos diferidos (3.000.000 euros) e Resultados transitados (6.012.308 euros), os direitos de superfície de imóveis cedidos, em 2004 e entre 2007 e 2008, pelo Município de Mafra à Giatul, no valor global líquido de 9.012.308 euros.

NOTA 28 – CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS NO EXERCÍCIO

Não aplicável.

NOTA 29 – AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS EXTRAORDINÁRIOS FEITOS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS FISCAIS

Não aplicável.

NOTA 30 – DIFERENÇAS ENTRE OS CUSTOS DOS ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE E RESPECTIVOS PREÇOS DE MERCADO

Não aplicável.

NOTA 31 – ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO MERCADO

Não aplicável.



NOTA 32 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE ATIVO CIRCULANTE

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Clientes c/c	1.625.271	31.688	(503.058)	1.153.901
Contribuintes c/c	18.542	8.996	0	27.538
Utentes c/c	163.433	0	(72.554)	90.879
Clientes, contrib. e utentes de cob. duvidosa	543.364	387.497	(108.319)	822.542
Estado e outros entes públicos	322.748	22.656	(81.656)	263.748
Outros devedores	157.674	882.736	(5.818)	1.034.592
	2.831.033	1.333.573	(771.406)	3.393.200

Ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Clientes c/c	542.170	275.121		817.291
	542.170	275.121	0	817.291

NOTA 33 – DÍVIDAS A TERCEIROS VENCÍVEIS A MAIS DE CINCO ANOS

Relativamente ao consórcio Zagope/Construtora do Tâmega, do valor de 3.493.483 euros em dívida à data do Balanço a 31-dezembro-2015, registado em Fornecedores de imobilizado, 640.882 euros são vencíveis a mais de 5 anos.

Relativamente ao Banco Português de Investimento, do valor de 3.296.327 euros em dívida à data do Balanço a 31-dezembro-2015, registado em Fornecedores de imobilizado, 1.969.910 euros são vencíveis a mais de 5 anos.

NOTA 34 – DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Não aplicável.

NOTA 35 – DIFERENÇAS ENTRE AS IMPORTÂNCIAS DAS DÍVIDAS A PAGAR E CORRESPONDENTES QUANTIAS ARRECADADAS

Não aplicável.



NOTA 36 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADES E MERCADOS GEOGRÁFICOS +

Rubrica	Dez-2015	
	Mercado Interno	Mercado Externo
Vendas	1.403.971	0,00
Prestações de serviços	13.053.729	0,00

NOTA 37 – EFEITOS NO RESULTADO CONSOLIDADO DE CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS COM VISTA A OBTER VANTAGENS FISCAIS

Não aplicável.

NOTA 38 – SITUAÇÕES QUE AFETEM SIGNIFICATIVAMENTE OS IMPOSTOS FUTUROS

Não aplicável.

NOTA 39 – REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DA ENTIDADE-MÃE

Informação detalhada no anexo individual do relatório e contas do Município.

NOTA 40 – ADIANTAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DA ENTIDADE-MÃE

Não aplicável.



NOTA 41 – DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS OU DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Não aplicável.

NOTA 42 – REAVALIAÇÕES

Não aplicável.

NOTA 43 – COMPARABILIDADE DOS EXERCÍCIOS

Face ao exercício de 2014, e em conformidade com o artigo 75º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Mafra mantém-se inalterado, havendo total comparabilidade das Contas consolidadas.

NOTA 44 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e perdas financeiras	2015	2014
Juros suportados	332.216	385.733
Perdas em empresas do grupo e associadas	0	0
Descontos de pronto pagamento concedidos	0	51.762
Outros custos e perdas financeiras	169.467	52.533
	501.683	490.027
Proveitos e ganhos financeiros	2015	2014
Juros obtidos	10.420	10.874
Ganhos em empresas do grupo e associadas	9.250	8.045
Rendimentos de imóveis	96.890	216.504
Rendimentos de participações de capital	98.032	134.069
Descontos de pronto pagamento obtidos	14	104
Outros proveitos e ganhos financeiros	52	17
	214.657	369.612
Resultados financeiros	-287.025	-120.415



NOTA 45 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e perdas extraordinários	2015	2014
Transferências de capital concedidas	0	23.500
Donativos	112.879	0
Dívidas incobráveis	0	0
Perdas em existências	11	0
Perdas em imobilizado	73.272	85.246
Multas e penalidades	0	0
Correções relativas a exercícios anteriores	44.337	512.089
Outros custos e perdas extraordinárias	184.066	534
Total	414.565	621.369
Proveitos e ganhos extraordinários	2015	2014
Ganhos em existências	11	13
Ganhos em imobilizado	156.282	664.215
Benefícios de penalidades contratuais	259.210	321.431
Reduções de amortizações e provisões	360.339	131.275
Correções relativas a exercícios anteriores	277.253	99.429
Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.087.668	2.444.414
Total	3.140.763	3.660.777
Resultados extraordinários	2.726.199	3.039.408

NOTA 46 – DESDOBRAMENTO DA CONTA DE PROVISÕES E MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO

Provisões	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	542.170	402.335	(127.214)	817.291
Provisões para riscos e encargos	7.815.434	2.896.800	(3.126.322)	7.585.912
	8.357.604	3.299.135	(3.253.536)	8.403.203

O valor global dos pedidos de indemnização, em função dos processos judiciais cuja resolução se encontra pendente, ascende a 7.435.769 €. Para este valor concorrem também os processos relativos à expropriação dos prédios necessários à construção da A21, os quais, face à dissolução da Mafratlântico - Vias rodoviárias, EM, em 31 de dezembro de 2013 e o acordo celebrado entre a EP – Estradas de Portugal, SA, o Município de Mafra e a aludida empresa, são da responsabilidade do Município, competindo-lhe pagar os montantes indemnizatórios que vierem a ser fixados judicialmente.



Para definir o valor de provisão relativo aos processos expropriativos, considerou-se o valor fixado em relatório pericial mais recente nos processos em curso, adotando-se, no caso de a posição dos peritos não ser unânime, à posição dominante, o que totaliza, no final de 2015, para estes processos o montante de 4.224.000 €.

Relativamente ao montante de 3.153.281 € correspondente aos demais processos judiciais em curso, que têm vindo a ser acompanhados pelos serviços do Município, pelo seu Departamento Jurídico e pela sociedade de Advogados externa, há que referir que este montante estimado totaliza o valor máximo expectável pelo qual o Município pode eventualmente vir a ter de responder.

NOTA 47 – BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA - VALORES CONTABILÍSTICOS

Não aplicável.

NOTA 48 – DÍVIDAS TITULADAS NÃO EVIDENCIADAS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.

VII - INFORMAÇÕES DIVERSAS

NOTA 49 – OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável.

NOTA 50 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

A informação relativa aos imóveis sobre os quais foram constituídos direitos de superfície encontra-se detalhada no anexo individual do relatório e contas do Município.



NOTA 51 – SALDOS E TRANSACÇÕES INTRAGRUPO

À data de 31 de dezembro de 2015 os saldos e transações financeiras intragrupo existentes, e anulados no processo de consolidação de contas, são os seguintes:

Saldos	Município Mafra	Giatul	Total
<u>Município Mafra</u>			
Clientes	55.032		55.032
Outros Devedores	486.875		486.875
<u>Giatul</u>			
Outros Credores		-486.875	-486.875
Total	541.907	-486.875	55.032
<u>Transações</u>			
<u>Município Mafra</u>			
Proveitos Financeiros		20.973	20.973
Proveitos Extraordinários		10.920	10.920
Prestação Serviços		102.665	102.665
FSE		-1.237.617	-1.237.617
<u>Giatul</u>			
Prestação Serviços	1.237.617		1.237.617
FSE	-134.557		-134.557
Total	1.103.060	-1.103.060	0

A diferença de 55.032 euros que se verifica na anulação dos saldos intragrupo deve-se ao facto de ter sido emitido cheque, com data de 2015, da Giatul ao Município de Mafra que somente foi descontado no ano de 2016. Como tal, o ajustamento nas contas consolidadas ocorreu na conta de Depósitos à ordem, nesse montante.



NOTA 52 – DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA

A dívida bruta consolidada do Município de Mafra é como se segue:

Saldos	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Total
Fornecedores	2.819.915	0	2.819.915
Fornecedores Imobilizado	1.440.221	6.263.423	7.703.644
Empréstimos bancários	0	9.468.004	9.468.004
Outros credores	959.020	3.236.714	4.195.734
Total	5.219.156	18.968.141	24.187.297

NOTA 53 – ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO MÉDIO/LONGO PRAZO

O endividamento consolidado a médio/longo prazo decompõe-se da seguinte forma:

Credor	Entidade	Montante	Taxa Juro	Início	Fim
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	110.767,39 €	Euribor 6 meses + 0,875%	15-09-1995	12-10-2022
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	244.727,72 €	Euribor 6 meses + 0,875%	22-01-1998	13-06-2024
Banco BPI, S.A.	Município de Mafra	671.458,73 €	Euribor 6 meses	08-01-1999	20-03-2019
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	469.445,93 €	Euribor 6 meses	23-06-2000	02-10-2020
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	680.651,39 €	Euribor 6 meses + 0,39%	08-06-2001	21-08-2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	680.651,39 €	Euribor 6 meses + 0,39%	08-06-2001	21-08-2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	251.702,97 €	Euribor 6 meses + 0,39%	27-07-2001	13-08-2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	123.161,36 €	Euribor 6 meses + 0,39%	27-07-2001	13-08-2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	218.033,40 €	Euribor 6 meses + 0,475%	04-10-2001	01-03-2027
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	76.406,98 €	Euribor 6 meses + 0,475%	04-10-2001	01-03-2027
Novo Banco, S.A.	Município de Mafra	405.220,65 €	Euribor 3 meses + 0,6%	30-12-2003	12-11-2023
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	486.247,20 €	Euribor 3 meses + 0,153%	05-07-2005	05-07-2025
Banco Comercial Português, S.A.	Município de Mafra	179.375,00 €	Euribor 180 dias + 7%	31-08-2013	31-07-2017
Banco Santander Totta, S.A.	Município de Mafra	2.967.095,57 €	Euribor 6 meses + 2,10%	24-04-2015	31-12-2021
Banco BPI, S.A.	Município de Mafra	3.296.327,33 €	Euribor 3 meses + 3%	21-11-2014	21-11-2024
EPAL, S.A.	Município de Mafra	136.616,41 €	4%	31-01-2015	31-12-2018
EPAL, S.A.	Município de Mafra	319.463,57 €	3%	31-10-2015	30-09-2019
Santander-Totta	Giatul	380.779,12 €	3,18%	12/2014	12/2018
Caixa Geral de Depósitos	Giatul	2.880.000,00 €	3,50%	12/2004	12/2021
Caixa Geral de Depósitos	Giatul	1.301.874,80 €	3,02%	01/2005	01/2022
Millennium BCP	Giatul	486.875,00 €	6,50%	08/2013	07/2017
Total		16.366.881,91 €			

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo



PORTUGAL

Patricio, Moreira, Valente & Associados, S.p.A., Lda

Av. do Brasil, 15-1 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2015

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município de Mafra**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de balanço de 264.459.515 euros e um total de fundos próprios de 195.823.129 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 4.356.319 euros), a Demonstração consolidada dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo do Município de Mafra, a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das entidades englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no ponto 7, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo do Município de Mafra, utilizadas na sua preparação;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. A inventariação dos bens do Activo Imobilizado do Município e a sua depreciação, designadamente os que foram objecto da inventariação inicial no exercício de 2002, tendo em conta as diligências, actualizações e levantamentos exaustivos que têm vindo a ser postos em prática, estas não permitem, ainda, confirmar sobre a validação na totalidade dos valores registados.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no ponto 7 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município de Mafra** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião atrás expressa chama-se a atenção para as seguintes situações:
- 9.1 Conforme divulgado na Nota 8.2.36 do Anexo às Demonstrações Financeiras do Município, encontram-se pendentes de resolução diversos processos judiciais, cujo valor global dos pedidos de indemnização poderá ascender a 7.377.281 euros, dos quais cerca de 4.224.000 euros estão relacionados com as expropriações de parcelas para construção da auto-estrada A21 pela Mafratlântico, sendo os restantes 3.153.281 euros referentes aos demais processos judiciais em curso. Estes processos têm vindo a ser acompanhados pelos serviços do Município, pelo seu Departamento Jurídico e pelas sociedades de Advogados externas que acompanham os processos. Estes valores que se encontram-se registados no Balanço desde 2014 em "Provisões para riscos e encargos", perfazem o valor expectável pelo qual o Município pode eventualmente vir a ter de responder.



9.2 As demonstrações financeiras da Empresa Municipal "Giatul, E.M., S.A.", referentes ao exercício de 2015, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, apresentando na respectiva Certificação Legal das Contas a Ênfase, que se transcreve:

- "A "Giatul, E.M." detém uma participação financeira na empresa "Mafreduca, S.A.", em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2014 a "Mafreduca, S.A." apresentou Capitais Próprios negativos de 15.525.924 euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2015. A "Giatul, E.M." tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a Empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Temos conhecimento que a Administração da "Giatul, E.M." encontra-se a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei".

9.3 No perímetro de consolidação do conjunto das Empresas englobadas definido, foram seguidos os planos de contabilização POCAL e SNC (Sistema de Normalização Contabilística), situação que, na estrutura final dos resultados apresentados, limita, ainda que de forma residual, a comparabilidade das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

9.4 As alterações ao Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais previstas na Lei N.º 50/2012, de 31 de Agosto, foram aplicadas. Continua em curso, por parte do Município, o desenvolvimento dos procedimentos necessários para o cumprimento das alterações previstas na referida Lei, nomeadamente, visando a alienação integral ou parcial da participação no capital social do "Matadouro Regional de Mafra, S.A." e o desenvolvimento dos procedimentos necessários para o cumprimento da alienação da participação financeira detida na "Mafreduca, S.A.", pela "Giatul, E.M., S.A.".

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório e contas consolidadas é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 24 de Junho de 2016



Joaquim Patrício da Silva
(ROC n.º 320)
em representação de
PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21



Patricio, Moreira, Valente & Associados, Snc. Lda

Av. do Brasil, 15-1° 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.p

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: -351 22 2081 477 E: geral.porto@rsimpt.p

www.ismpt.org

Contas Consolidadas

Exercício de 2015

1. Nos termos do n.º 2 do Artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, que estabelece regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e em conformidade com as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho, que aprovou a orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do Sector Público Administrativo, procedemos ao exame do Relatório de Gestão Consolidado e das contas consolidadas das entidades pertencentes à entidade consolidante – Município de Mafra.
2. De acordo com o mencionado no Relatório de Gestão Consolidado, as contas consolidadas agora apresentadas expressam o resultado das operações registadas no exercício.
3. Com base nas análises a que procedemos, na documentação que nos foi disponibilizada e o referido na Certificação Legal das Contas Consolidadas, que também emitimos, e que faz parte integrante deste Relatório, é

PARECER

- a) que os referidos elementos de prestações de contas consolidadas estão elaborados de acordo com os preceitos legais aplicáveis; e
- b) que reflectem a situação financeira em 31 de Dezembro de 2015 do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

Lisboa, 24 de Junho 2016

O FISCAL ÚNICO

Joaquim Patrício da Silva
(ROC n.º 320)
em representação de
PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas do exercício de 2015 do Município de Mafra declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que esta estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ ou noutras instituições financeiras;



f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;

g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;

h) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores:

O Presidente da Câmara

Os Vereadores

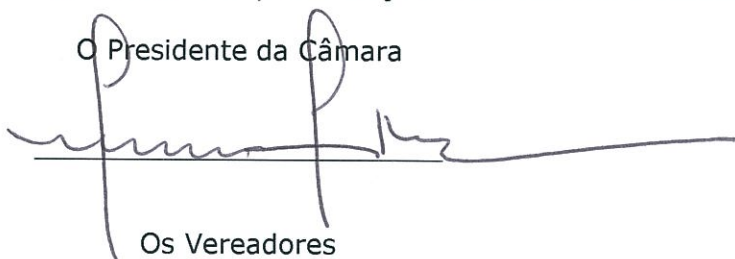


Contas Consolidadas 2015

ENCERRAMENTO

O presente documento que é composto pela Apresentação, Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação, Sumário Executivo, Balanço Consolidado, Demonstração dos Resultados Consolidados, Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração dos Resultados Consolidados, Certificação Legal das Contas Consolidadas, Relatório e Parecer do Auditor Externo das Contas Consolidadas e Declaração de Responsabilidade para o ano económico de 2015, contém 41 páginas, devidamente numeradas, foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mafra, realizada no dia vinte e quatro de junho de dois mil e dezasseis.

O Presidente da Câmara



Os Vereadores

